



A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (in)acessibilidade às atividades do processo de ensino e aprendizagem – inclusão ou exclusão?

Ana C. S. JERÔNIMO¹; Rafael C. B. FARIA²; Reginaldo A. SILVA³

RESUMO

O presente trabalho, relata uma experiência ocorrida em uma instituição pública de ensino, durante o período de estágio obrigatório. Foi percebida a emergente necessidade de formação continuada, principalmente na perspectiva da educação inclusiva. Com a coleta de informações, foi observada atitude capacitista do professor em relação a um aluno com TEA, impedido de participar de uma atividade específica. Mesmo com a implementação de políticas públicas para promover a inclusão, ainda há necessidade de formação específica nesse contexto. Ações inclusivas são cruciais para garantir a qualidade de ensino, independentemente das singularidades dos alunos. Propôs-se à reflexão sobre o uso de recursos didático-pedagógicos, metodologias ativas e práticas menos excludentes e capacitistas. Conclui-se que a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade não depende apenas de políticas públicas, ainda que estas sejam necessárias. Requer também formação contínua dos educadores e respeito às singularidades dos alunos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação Inclusiva; Formação Pedagógica; Capacitismo.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem avançado à medida que o seu advento se torna mais distante. É sabido que, há ainda muito a ser conquistado e, em vista do passado, hoje nos encontramos melhores que outrora, porém, as adequações caminham para uma melhoria, segundo o ponto de vista experienciado no cotidiano escolar. É fato que hoje, profissionais atuantes na educação, carecem de uma formação continuada, mas infelizmente nem todos detêm do conhecimento, dos saberes que permeiam a educação inclusiva (RABÊLLO, 2009). A formação continuada de um educador faz total diferença em sala de aula e essa tem sido um diferencial aos professores que atuam com alunos da educação especial. Mantoan (2003, p. 79) diz que “o professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado – tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as”.

Espera-se que o educador, com base em sua formação e prática pedagógica, seja uma força motriz que impulsiona o ensino daqueles que o seu ofício lhe designa com responsabilidade (FREIRE, 2011). Ciavatta (2005) reforça ainda que, à formação humana, busca-se garantir ao sujeito o direito de uma formação de qualidade a fim de estar e atuar, enquanto cidadão pertencente a um país democrático e com liberdade de expressão. A partir dessa formação e responsabilidades

1Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas e Estagiária no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: ana.jeronimo@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

2 Professor e Coordenador do Curso de Ciências Biológicas do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Contato: rafael.bolleli@ifsuldeminas.edu.br.

3 Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais – Libras, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

de ensino, portanto, toda e qualquer criança tem o direito de receber uma educação de qualidade, dentro de suas limitações e singularidades; isso é garantido por lei (UNESCO, 1990; BRASIL, 1988; 2021).

Mesmo que implementações de diversas políticas públicas têm o sentido de “promover transformações no âmbito educacional e provocar mudanças no funcionamento dos sistemas de ensino e na qualidade do atendimento à diversidade presente no ambiente escolar” (RIBEIRO; LIMA; SANTOS, 2009, p. 93) ainda sim, há a necessidade de uma formação concisa, quanto à educação inclusiva e suas especificidades, ao respeito às diferenças e o potencial do aluno, independentemente se é ou não uma Pessoa com Deficiência (PcD), pois o seu desenvolvimento e a construção do seu conhecimento, ocorrerão na interação e mediação com o outro e assim também com entorno (VYGOTSKY, 2007).

Na sociedade atual, com base na tendência mundial, tem-se exigido cada vez mais, dos poderes públicos, maior visibilidade às PcD em suas necessidades básicas, partindo do respeito e convivência social bem como o usufruto dos mesmos direitos humanos e deveres socioeducacionais, independentemente das suas singularidades (ONU, 1948; FÉLIX; BORDAS; GALVÃO; MIRANDA, 2009). Em relação à educação inclusiva, torna-se imprescindível que o professor atenha-se de pormenores da inclusão bem como de suas demandas que favorecem a aprendizagem do sujeito. Por meio disso, será possível criar condições favoráveis a todos, sem distinção, e que possam usufruir de todas as oportunidades de aprendizagem de modo acessível, democrática e autônoma, desde que as ações corroborem às orientações da instituição e sejam realmente aplicadas.

O projeto político-pedagógico é um instrumento técnico e político que orienta as atividades da escola, delineando a proposta educacional [...] e a especificação da organização e os recursos [...]. Os princípios e objetivos [...] permitem programar a ação educacional [...] articulando-se com as seguintes dimensões [...] pedagógico-curricular [...] sistêmica e de convivência [...] (DUK, 2006, p. 114-115).

Proposto no PPC, a instituição torna-se a base para que a inclusão seja efetivada a sociedade. É imprescindível que o corpo docente tenha formação e ao mesmo tempo saiba atender as diferenças, crie oportunidades e potencialize o aprendizado dos alunos (FÉLIX; BORDAS; GALVÃO; MIRANDA, 2009) por meio de ações menos excludentes e mais acessíveis.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é relatar uma experiência ocorrida em uma instituição pública de ensino, durante o período de Estágio obrigatório. Além disso, propõe-se neste relato, refletir sobre o uso de recursos didático-pedagógicos, metodologias ativas e práticas menos excludentes e capacitistas. Para a produção deste trabalho lançou-se mão da técnica da observação – que constitui uma maneira apropriada de se conhecer a realidade sem que o pesquisador interfira no seu campo de pesquisa – como procedimento metodológico à luz de Gil (2008).

2. MATERIAL E MÉTODOS

Em 2022, ocorreu o Estágio I, obrigatório do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, em uma escola pública de Minas Gerais. As observações foram feitas em sala de aula do 6º ano do Ensino Fundamental II, com alunos de 11 anos, durante os meses de setembro a dezembro. Na turma inclusiva, havia sete alunos com necessidades educacionais específicas (NEE), incluindo um com TEA, mas nenhum professor de apoio como exigido por lei. Lançou-se mão do caderno de campo para anotar as atividades do docente e a participação dos alunos. Durante o período, foi observado uma atitude recorrente de capacitismo entre professor e alunos com NEE. Em uma atividade sobre o sistema locomotor, não houve adaptação para esses alunos, os quais receberam um desenho do esqueleto humano para colorir e recortar. O aluno com TEA expressou interesse em fazer a mesma atividade, mas a professora o ignorou e continuou orientando os outros alunos. Essa atitude excludente reflete a falta de uma metodologia ativa, desconhecimento pedagógico e estratégico para atender a pessoa neurodivergente e suas potencialidades na realização de tarefas escolares.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Após a coleta de dados e o filtro de informações no período de estágio, foi percebido que, mesmo com uma formação pedagógica e já em atuação no sistema educacional, a educadora não detém de conhecimentos básicos para um atendimento específico. Supõe-se que, por não ter um auxílio de um profissional de AEE em sala de aula e/ou no contra turno, não é seu dever fazer adaptações curriculares. Por outro lado, por ser regente e sabendo que há alunos com NEE em sala de aula, metodologias e estratégias pedagógicas devem fazer parte de seus plano de aula.

A reflexão após essa ocorrência, corrobora com a emergente necessidade de formação continuada de veteranos e novos educadores. Mesmo que a formação de base não tenha contemplado a educação inclusiva e seus pormenores e dado subsídios ao atendimento diferenciado, lançar mão de recursos didático-pedagógicos e metodologias ativas de ensino não depende de políticas públicas, ainda que sejam importantes no apoio à formação docente, para compreender a importância da inclusão e da acessibilidade educacional. É direito do aluno ter uma adequação curricular, segundo às suas especificidades, para que possa desenvolver ainda mais suas habilidades cognitivas, ter visibilidade não capacitista e sem influência excludente e assim, de modo significativo, ter sua emancipação social.

4. CONCLUSÃO

Com base nas observações realizadas, somadas às leituras de base da educação inclusiva, entende-se que a promoção de uma educação de qualidade, a organização e produção de práticas pedagógicas não excludentes e o aperfeiçoamento da prática docente, vai além da dependência de

políticas públicas. A formação docente carece de continuidade e qualidade de ensino. A inclusão atitudinal também faz a diferença na vida do educando, porém, a acessibilidade que a ele é oportunizada, deve valer-se do respeito às suas singularidades. A promoção efetiva do processo educativo deve, ainda, valorizar o saber e as potencialidades de cada sujeito. Sustentar a inclusão com qualidade e garantir um espaço de aprendizagem democrático é parte da genuína responsabilidade docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://shre.ink/o9t>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001, 79p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://bit.ly/3w4llgi>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DUK, C. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 266p. Disponível em: <https://shre.ink/amHA>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FÉLIX, D.; BORDAS, M. GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <https://encurtador.com.br/bjGJ0>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://encurtador.com.br/sCQ12>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RABÊLLO, R. S. A Formação Continuada do Professor de Arte na Perspectiva de uma Educação Inclusiva. *In*: DÍAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bckz7>. Acesso em: 28 jul. 2023.

RIBEIRO, G. F.; LIMA, T. S.; SANTOS, M. C. Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica. *In*: DÍAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gqIKS>. Acesso em: 28 jul. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Jomtien, 1990. Disponível em: <https://shre.ink/9IG3>. Acesso em: 12 jun.2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.